



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Rio de Janeiro - 2020



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do Exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU 084/2020.

Rio de Janeiro – 2020



Lista de Siglas e Abreviações:

CORECON – Conselho Regional de Economia

COFECON – Conselho Federal de Economia

SEREG – Secretaria de Registro

CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento

ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

CAT – Certidão de Acervo Técnico

LTN – Letra do Tesouro Nacional

AEALC – Associação dos Economistas da América Latina e Caribe

PF – Pessoa Física

PJ – Pessoa Jurídica

ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas

CTC – Comissão de Tomada de Contas



Lista de tabelas

Tabela 1: Identificação da Entidade	9
Tabela 2: Estrutura Organizacional	10
Tabela 3: Total gasto com diárias.....	26
Tabela 4: Comparativo de Receitas 2019-2020.....	46
Tabela 5: Comparativo de Despesas 2019-2020	47
Tabela 6: Resultados da área fim	47
Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho	48
Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho	52
Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade	52
Tabela 10 Terceirização de mão de obra	52
Tabela 11: Despesas com Pessoal	53
Tabela 12: Contratos terceirizados	53
Tabela 13: Transferência de recursos	56
Tabela 14: Balanço financeiro	57
Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais	58
Tabela 16: Balanço Patrimonial	59
Tabela 17: Balanço Orçamentário	60

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma.....	11
Figura 2: Modelo de Negócios.....	13



Sumário:

Apresentação	6
1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade	7
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo	9
3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	15
5– Descrição das estruturas de governança	20
6 – Resultados e Desempenho da Gestão:	26
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	44
8- Demonstrações contábeis	57
9- Outras informações relevantes	60
Anexos e apêndices	62



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2020, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2020 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade
 - 2 – Visão geral organizacional e ambiente externo
 - 3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas
 - 4 – Governança, Estratégia e Desempenho
 - 5 – Descrição das estruturas de governança
 - 6 – Resultados e Desempenho da Gestão:
 - 7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão
 - 8- Demonstrações contábeis
 - 9- Outras informações relevantes
- Anexos e apêndices



1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade

Finalizado o exercício de 2020, o Corecon-RJ apresenta suas realizações no cumprimento de sua missão institucional, que é fiscalização do exercício da profissão de economista bem como buscar fortalecer o exercício da profissão de Economista, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as principais linhas de atuação da fiscalização, podemos destacar:

- Fiscalização de exercício profissional: Em 2020, foram abertos 30 processos de fiscalização pelo exercício ilegal da profissão de economista, sendo 20 contra pessoas físicas e 10 contra pessoas jurídicas.
- Processos ético-profissionais: Em função da pandemia de covid-19, não foi aberto nenhum processo ético-profissional. Atualmente existem dois processos em andamento, abertos em anos anteriores.
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT): Foram emitidas 18 ARTs (todas para pessoas físicas) e 4 CATs (também todas para pessoas jurídicas).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia do novo coronavírus Covid-19, o Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a discussão de diversos temas ligados a ciência econômica. Em 2020, foi lançado o podcast “Entre Celsos e Marias”, com entrevistas e debates semanais sobre diversos temas ligados a ciência econômica. O podcast está disponível gratuitamente no aplicativo Spotify. Outra iniciativa realizada em 2020 foi a promoção do debate realizado em 13/08 em comemoração ao Dia do Economista. O debate em formato virtual foi uma homenagem a Celso Furtado e Carlos Lessa e contou com a participação de Rosa D’ Aguiar, Ricardo Bielschowsky e Luiz Carlos Delorme Prado.

O CORECON-RJ concedeu apoios em 2020 a eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: evento "Um Ano de Crise da Vale em Brumadinho" promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens; patrocínio do Filme “A Bolsa ou a Vida” produzido pela Caliban Produções Cinematográficas; XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - Patrocínio da Revista Comemorativa do Centenário de Celso Furtado; e XXXV Congresso da ANGE. O Corecon-RJ também patrocinou publicações como o livro “Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil”, organizado por Esther Dweck, Pedro Rossi e Ana Luiza Matos de Oliveira e o número especial de Cadernos do Desenvolvimento sobre o Centenário de Celso Furtado, promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado.



Os objetivos traçados para o exercício de 2020 foram concluídos em parte ou, em alguns casos, estão em andamento. Muitas das atividades do Corecon-RJ em 2020 foram prejudicadas pela pandemia, mas que serão retomadas gradualmente em 2021. Destacamos que a situação administrativa e financeira do Corecon-RJ, apesar da queda significativa na arrecadação, encontra-se controlada.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente



2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão:

Tabela 1: Identificação da Entidade

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1a Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

2.1.1 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2020 (Renovação do 2º Terço do Plenário), n.º 02/2020 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2020 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2020 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2020 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).
- Composição acionária do capital social e participação em outras sociedades: Não se aplica

2.1.3 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º

31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

2.2 – Estrutura Organizacional

Tabela 2: Estrutura Organizacional

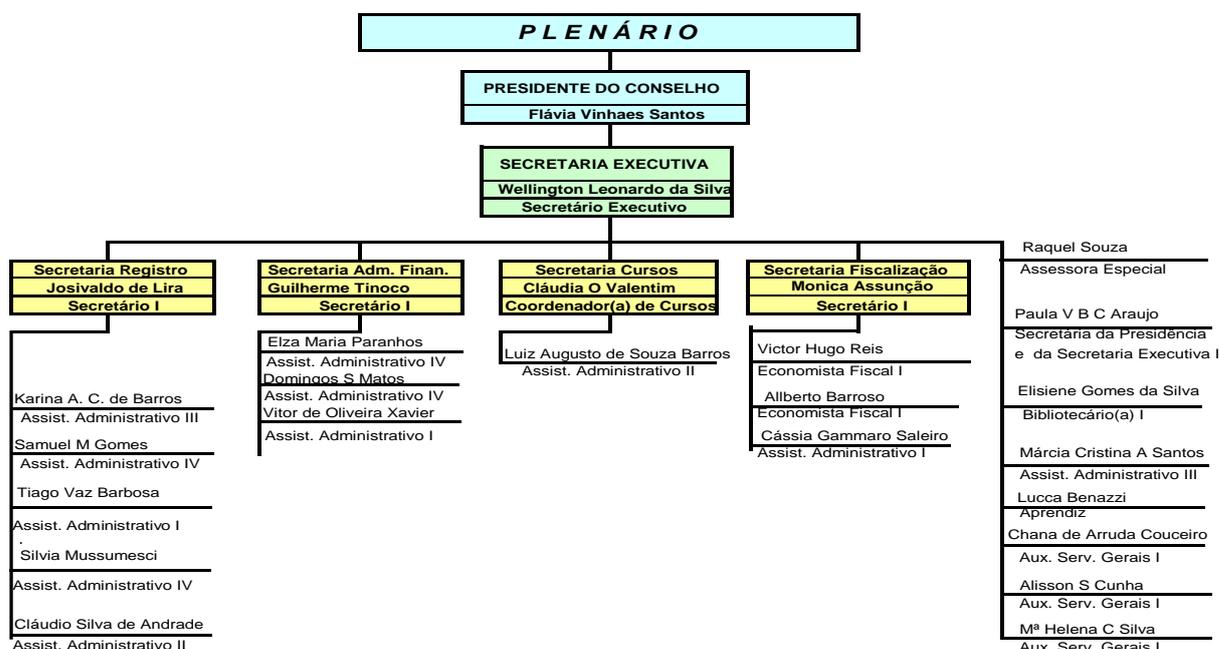
Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2020
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Flávia Vinhaes Santos	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2020
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2020
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2020
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2020

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2020
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2020
Biblioteca	Responsável pela guarda e administração do acervo técnico, dos processos de registro e de fiscalização da Autarquia.	Elisiane Gomes da Silva e Silva	Bibliotecária	Janeiro a Dezembro de 2020

Figura 1: Organograma

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2020





2.3 - Ambiente externo

De acordo com o Caged, o Estado do Rio de Janeiro teve o pior desempenho do país em 2020 em relação ao desemprego, com um total de 127.155 postos com carteira assinada fechados. O número é o resultado da diferença entre o total de contratações e demissões. Foram mais de um milhão de pessoas demitidas no estado em 2020. O desemprego é um dos principais fatores impactantes na receita de anuidades do Corecon-RJ, considerando que muitos economistas solicitaram cancelamento ou suspensão de registro em função do desemprego, além daqueles que continuam na situação de ativos e inadimplentes. A crise econômica que assola o Estado do Rio de Janeiro, aprofundada pela pandemia do novo coronavírus Covid-19, atingiu economistas, empresas e consultorias do ramo financeiro, elevando o número de cancelamento de registros neste Regional.

2.4 - Modelo de Negócios

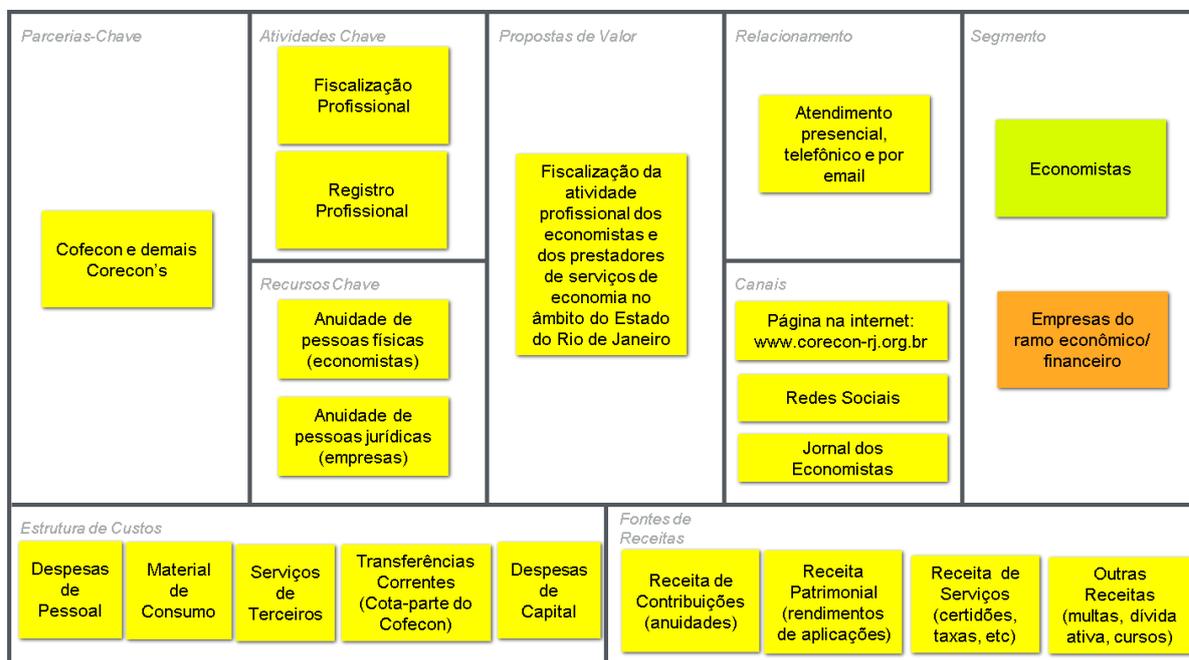
Conforme previsto na Lei nº 1.411 de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, o Corecon-RJ possui as seguintes fontes de recursos:

Art 11. Constitui renda dos C.R.E.P:

- a) 4/5 das multas aplicadas;*
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;*
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P;*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos governos.*

Das fontes de recursos previstas em lei, as anuidades correntes de economistas e empresas registrados são as que compõem a maior parte das receitas do Corecon-RJ. As demais fontes de recursos são multas arrecadadas pelo exercício ilegal da profissão; rendimentos de aplicações financeiras (poupança e títulos públicos federais); emissão de carteiras e certidões; dívida ativa (anuidades em atraso) e receitas diversas (cursos e outros). Vinte por cento das receitas previstas em lei são repassadas ao Conselho Federal de Economia, que é o órgão responsável pela elaboração de normas e diretrizes para os conselhos regionais de economia. O modelo de negócios está ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Negócios



2.5 - Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Podcast “Entre Celsos e Marias”: Entrevistas e debates semanais sobre diversos temas da ciência econômica;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Prestação de Contas: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.



Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas no Facebook, Instagram e Twitter.

3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Cobrança de anuidades:

Responsável por mais da metade das receitas, a cobrança de anuidades correntes é a principal fonte de recursos do Corecon-RJ. Portanto, qualquer variação no índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como o fluxo de novos registros e cancelamentos, impacta diretamente nas finanças da autarquia. De forma mitigar a inadimplência, o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação à cobrança de anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

3.2 – Legislação

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 8666/93. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.3 – Gestão de Pessoal:

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

Atualmente, o Corecon-RJ possui uma pendência em termos trabalhistas (Processo N° 0769413-95.1900.4.02.5101) cujo reclamante pleiteia um valor aproximado de R\$2.000.000,00. A Administração do Corecon-RJ fez uma tentativa de acordo com o reclamante em 2018, porém sem sucesso. De forma dirimir os riscos de uma eventual decisão judicial desfavorável, o Corecon-RJ destinou créditos adicionais no orçamento especificamente para esta finalidade. Em 2020, a juíza responsável pelo julgamento do processo ordenou o bloqueio de R\$2.008.774,07 nas contas do Corecon-RJ.

Aqui cabe destacar, especialmente, as decisões dos juízes de primeira instância que vem proferindo sentenças submetendo a relação trabalhista, entre os conselhos de fiscalização profissional e seus empregados, ao Regime Jurídico Único, sem que esteja claro quem arcará com os respectivos custos envolvidos, os quais essas autarquias especiais não têm como suportar. Aos encarregados da realização de concursos públicos nos governos



federal, estaduais, municipais e em empresas públicas, que os tem promovido ao arrepio das leis que regulamentam as profissões, denominando, não só economistas, mas também profissionais de várias outras formações de "analistas", "técnicos" e que tais.

3.4 – Aplicações financeiras:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em poupança e em títulos públicos, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos (Acórdão TCU 03/2003– Ata 01/2003 – Plenário; Acórdão TCU 120/2003 - Ata 05/2003 – Plenário). Em 2020, os recursos foram mantidos em poupança e no fundo BB Setor Público Diferenciado, que possui maior liquidez e é lastreado em títulos públicos.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1– Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2020 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 19 (dezenove) anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

4.2 – Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

4.2.1 – Valorização da Profissão

- 4.2.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;
- 4.2.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;
- 4.2.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.2.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;
- 4.2.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;
- 4.2.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;
- 4.2.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 4.2.1.8 – realizar a 10ª Gincana Estadual de Economia;
- 4.2.1.9 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;
- 4.2.1.10 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 4.2.1.11 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;
- 4.2.1.12 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;
- 4.2.1.13 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;
- 4.2.1.14 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 4.2.1.15 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;
- 4.2.1.16 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;
- 4.2.1.17 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;
- 4.2.1.18 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.

4.2.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

- 4.2.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;
- 4.2.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 4.4.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;
- 4.2.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 4.2.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 4.2.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 4.2.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 4.2.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 4.2.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 4.2.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.2.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;
- 4.2.2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;
- 4.2.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;
- 4.2.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;
- 4.2.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;
- 4.2.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;
- 4.2.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;
- 4.2.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 4.2.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do CORECON-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;

- 4.2.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2019;
- 4.2.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 4.2.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;
- 4.2.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;
- 4.2.2.24 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;

4.2.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

- 4.2.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;
- 4.2.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;
- 4.2.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;
- 4.2.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;
- 4.2.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;
- 4.2.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;
- 4.2.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;
- 4.2.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;
- 4.2.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;
- 4.2.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade;
- 4.2.3.11 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;
- 4.2.3.12 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;
- 4.2.3.13 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;
- 4.2.3.14 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;
- 4.2.3.15 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo, principalmente com temas relacionados ao desenvolvimento econômico;
- 4.2.3.16 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;

- 4.2.3.17 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;
- 4.2.3.18 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;
- 4.2.3.19 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;
- 4.2.3.20 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG;

4.2.4 – Potencialização da capacidade financeira

- 4.2.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;
- 4.2.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;
- 4.2.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;
- 4.2.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;
- 4.2.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;
- 4.2.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;
- 4.2.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;
- 4.2.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

4.2.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

- 4.2.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;
- 4.2.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;
- 4.2.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;
- 4.2.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;
- 4.2.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;
- 4.2.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;
- 4.2.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 4.2.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;



4.2.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;

4.2.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;

4.2.5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2020;

5– Descrição das estruturas de governança

5.1. –Comissões de Trabalho:

Em 2020, atuaram doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

5.1.1 – Alienação de bens

Conselheira Clician do Couto Oliveira

5.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

5.1.3 – Avaliação de materiais de divulgação do Conselho e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

5.1.4 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa

Conselheiro Thiago Leone Mitidieri

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

Economista Paulo Sergio Souto

5.1.5 – Cursos

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos



5.1.6 – Licitações

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares (Titular)

Conselheiro João Hallack Neto (Suplente)

Funcionários: Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Josivaldo de Lira

5.1.7 – Fórum Popular do Orçamento

Economista Luis Mário Behnken - Coordenador

Marília Gabriela de Santana Silva - Estagiária

Laura Muniz De Padua- Estagiária

Juliana Vaz De Medeiros - Estagiária

5.1.8 – Política Econômica

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro João Hallack Neto

5.1.9 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

5.1.10 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

Conselheiro João Hallack Neto

5.1.11 – Semana do Economista

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.1.12 – Tomada de Contas

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes (Presidente)

Conselheiro Jorge de Oliveira Camargo

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

Conselheira Clician do Couto Oliveira



Conselheiro Arthur Camara Cardozo

5.1.13 – Comunicação

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

5.2 – Relação dos dirigentes:

5.2.1 – Conselheiros Efetivos

1º TERÇO: (2020-2022)

Arthur Camara Cardozo

Marcelo Pereira Fernandes

Sidney Pascoutto da Rocha

2º TERÇO: (2018-2020)

Antônio dos Santos Magalhães

Flávia Vinhaes Santos

Jorge de Oliveira Camargo

3º TERÇO: (2019-2021)

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Thiago Leone Mitidieri

José Antonio Lutterbach Soares

5.2.2 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2020-2022)

Gustavo Souto de Noronha

João Hallak Neto

Regina Lúcia Gadiolli dos Santos

2º TERÇO: (2018-2020)

André Luiz Rodrigues Osório



Gilberto Caputo Santos
Miguel Antônio Pinho Bruno

3º TERÇO: (2019-2021)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
José Ricardo de Moraes Lopes
Clician do Couto Oliveira

5.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

5.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2020 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo
Assessora Esp. da Secretaria Exec. e Presidência: Raquel de Lima da Cunha e Souza

Auxiliares de Serviços Gerais I: Alisson Souza Cunha

Maria Helena Conceição da Silva

Chana de Arruda Couceiro

Aprendiz- Qualidade em Serviços Administrativos: Lucca Benazzi Ferreira Da Costa

5.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2020 pelo Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativa V: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo IV: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo I: Vitor de Oliveira Xavier

5.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídicas nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:



Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2020 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo IV: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo IV: Silvia Maria Noronha Mussumesci

Assistente Administrativa III: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistentes Administrativos I: Thiago Vaz Barbosa

Cláudio Silva de Andrade

5.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria e seu ocupante em 2020 foi a Economista Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Victor Hugo Campos Reis Alves

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

5.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Exerceu a chefia imediata em 2020 a Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim.

Assistente Administrativo I: Luiz Augusto de Souza Barros

5.3.6 – Biblioteca: Responsável pela guarda dos processos administrativos de registro e fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, livros, DVDs e demais publicações existentes na Autarquia.

Composição:

Bibliotecária: Exerce a chefia imediata na Biblioteca e sua ocupante em 2020 foi a Bibliotecária Elisiene Gomes da Silva e Silva.

Assistente Administrativa III: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Estagiária: Gabriela Da Silva Conceição

5.3.7 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Peixinho, Cacao & Pires, Consultoria & Advogados Associados

Imprensa: Diagrama Comunicação

Informática: Spectranet Consultoria Ltda



5.4 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2020 não foi contratada empresa de auditoria independente

5.6 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

5.7 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

5.7.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.7.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os cheques emitidos por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição da despesa e valor. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.

Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.

5.7.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo



qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia o portador à residência do registrado ou interessado. Durante a pandemia, a maior parte do atendimento ao público foi prestado através de email.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

Mensalmente, o Corecon-RJ envia aos seus registrados e adimplentes o Jornal dos Economistas pelos correios, disponível na internet. Com o objetivo de difundir o debate da ciência econômica, o Jornal dos Economistas também é distribuído junto aos outros Conselhos Regionais de Economia, faculdades, diretórios acadêmicos, estatais e outras instituições interessadas.

5.8 – Valor gasto com Fiscalização

Em 2020, o valor gasto com a atividade-fim do Corecon-RJ, Fiscalização, foi de R\$437.243,36. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc. O Corecon-RJ não possui automóveis e telefones celulares. Não houve concessão de diárias a empregados da Secretaria de Fiscalização em 2020.

5.9 – Valor gasto com Diárias de Conselheiros

Na tabela abaixo constam os valores totais de diárias concedidas aos Conselheiros no exercício de 2020. As diárias foram concedidas em função de viagem para eventos de interesse do Corecon-RJ e localizados fora da cidade do Rio de Janeiro, como o Fórum de Presidentes do Sistema Corecon's/Cofecon em Brasília e a palestra "Semana da Mulher Economista" realizada no Maranhão. Não há pagamento de jetons e outro benefícios aos Conselheiros em virtude do cargo.

Tabela 3: Total gasto com diárias

Total de Diárias em R\$ concedidas a Conselheiros - 2020	
Flávia Vinhaes Santos	R\$ 2.900,00
José Antonio Lutterbach Soares	R\$ 1.450,00
Total	R\$ 4.350,00

6 – Resultados e Desempenho da Gestão:

6.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Conforme ações detalhadas no item 4.1, seguem os resultados quantitativos e qualitativos alcançados para as ações previstas no exercício de 2020:



6.1.1 – Valorização da Profissão

6.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

6.1.1.2 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento: A ação passou a ser de responsabilidade do Conselho Federal de Economia.

6.1.1.3 - Contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional Economista a partir da legislação existente: Em 2019 foi dada continuidade a ação junto às Prefeituras, cuja finalidade é verificar se as atividades de economia e finanças desenvolvidas estão sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serve para detalhar o campo de atuação profissional dos economistas nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos às pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como participação em eventos, visando disseminar o conhecimento e trocar experiência com outros CORECONS. Tais ações foram prejudicadas pela pandemia em 2020.

6.1.1.4 – Acompanhar as oportunidades de trabalho e situação dos profissionais peritos cadastrados junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Essa listagem é atualizada todo mês, o que facilita o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ. A última verificação feita em 2020 foi no mês de dezembro, onde foram identificados 133 (cento e trinta e três) peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 28 (vinte e oito) estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2021. Ademais, 2 (dois) constam como suspensos no cadastro, 6 (seis) como cancelados e 2 (dois) com registro em outro Corecon. Os casos serão analisados individualmente, também em 2021.

6.1.1.5 – Ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando de atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguiu estabelecer uma maior interação após ter assumido a Gincana dos Estudantes. Entretanto, em função da pandemia iniciada em 2020, a décima edição foi cancelada, e ainda aguardamos informações de como será no ano de 2021. Em função das aulas terem sido remotas em todas as universidades, assim como o trabalho do Corecon-RJ, não houve interação entre os órgãos durante o ano de 2020.

6.1.1.6 – Promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: As poucas tentativas de contato realizadas por esta Secretaria de Fiscalização, no passado, não geraram nenhum resultado, o que demonstra a dificuldade de se estabelecer tal atividade. Devido a pandemia de 2020, não foi possível realizar nenhuma ação nesse sentido.

6.1.1.7 – Apoiar e ajudar a organizar o encontro anual das Universidades do Estado: A possível aproximação com as Universidades poderá possibilitar o desenvolvimento desta ação. Isso dependerá das ações desenvolvidas nos itens 6.1.1.5 e 6.1.1.6, pois será necessário ter um bom relacionamento com os estudantes e com a direção das Universidades, permitindo o acesso do Corecon-RJ nas dependências, e no calendário acadêmico. Após o fim da pandemia, a Secretaria de Fiscalização tentará implementar essa ação durante o ano de 2021 ou 2022.

6.1.1.8 – Editar material divulgando as atividades profissionais do Economista destinado aos estudantes universitários: O material citado no item 6.1.1.3 servirá de base para elaboração do material de divulgação para os estudantes universitários. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante.

6.1.1.9 – Realizar a Décima Gincana Estadual de Economia: A Décima Gincana Estadual de Economia foi cancelada em função da pandemia.

6.1.1.10 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho: Durante o ano de 2020, o cumprimento deste item se deu através do oferecimento de 14 cursos, onde 2 ocorreram em ambiente virtual e 07 estão com inscrições permanentes no site. Foram realizados pela própria Autarquia 02 cursos, concluídos por 28 alunos entre 32 matriculados, onde eram 07 economistas registrados no Corecon-RJ; 01 economista registrada no Corecon-ES; 07 bacharéis em economia; 06 estudantes de economia credenciados no Corecon-RJ e 08 estudantes de economia sem registro. Também participaram de nossos cursos 03 profissionais de outras áreas: 02 engenheiros e 01 graduada em serviço social. Dentre os 22 matriculados no preparatório para ANPEC, concedemos 03 bolsas parciais, sendo cada uma de 33,33% a estudantes credenciados. Dos 15 alunos do Intensivão, 5 também foram alunos do preparatório ANPEC 2020.

Cursos ministrados:

1.1– Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec
03 de fevereiro a 30 de setembro de 2020 – Carga horária: 521h

Professores: Thiago Moraes, Antônio Carlos Assumpção, André Gaglianone, Paulo Maranhão, Fellipe Oliveira e Gilberto Carvalho

Público ao longo do curso: 22 alunos



Público no final: 18 alunos

1.2– Intensivão ANPEC - Via Exercícios Chaves

02 a 19 de outubro de 2020 – Carga horária: 36h

Professores: Thiago Moraes, Antônio Carlos Assumpção, André Gaglianone, Paulo Maranhão, Fellipe Oliveira e Gilberto Carvalho

Público ao longo do curso: 15 alunos

Público no final: 15 alunos

6.1.1.11 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Não foi realizado em função da pandemia. As universidades estavam fechadas.

6.1.1.12 – Acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por partes dos funcionários da Secretaria de Fiscalização. Por ter sido um ano de pandemia, que resultou no trabalho remoto e em crise econômica, não houve qualquer verificação, ou solicitação, de inclusão de oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nosso site.

6.1.1.13 – Efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o Economista está capacitado, junto a governos, autarquias, empresas públicas e privadas, órgãos governamentais, e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve continuidade no ano de 2020, até o início da pandemia em março.

6.1.1.14 – Continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em 2020, não houve abertura de concursos públicos na área de economia e finanças, em função da pandemia. No caso das empresas de RH, a Secretaria de Fiscalização chegou a abrir processo quando verificava uma vaga oferecida para determinada contratante sendo ofertada por empresa de RH, mas sempre havia a alegação de que a responsabilidade pelos requisitos da vaga seria da empresa contratante, e que não poderia fornecer o nome da contratante, pois existia um termo de confidencialidade. A nossa Assessoria Jurídica falou que não poderíamos fazer nada, somente ofícios informativos. Desta forma, a Secretaria de Fiscalização tem evitado instaurar processos dessa natureza, pois somente envolve custos e não resultam em registros ativos.

6.1.1.15 – Continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos Editais e de convocação dos aprovados para os cargos de Economistas: Não houve nenhuma verificação de abertura de concurso público para área de economia

e finanças em 2020, em função da pandemia. A Secretaria de Fiscalização pretende realizar, no ano de 2021 ou 2022, a depender da imunização da população, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo será o envio de Ofício informativo da profissão do economista. Essa ação estava prevista para 2020, mas com a disseminação da pandemia, a tarefa foi adiada para 2021 ou 2022, na esperança de uma melhora nesse cenário. Apesar das Instituições alegarem não possuírem ingerência sobre os Editais publicados, a conscientização é sempre importante como forma de prevenir que vagas privativas de economistas sejam oferecidas para profissionais sem a devida qualificação profissional. Ademais, será solicitado ao Cofecon que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analista ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças

6.1.1.16 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet: A ação foi realizada em conjunto com a Secretaria de Administração e Finanças, que implementou no site do Conselho um mecanismo através do qual os Economistas conseguem anexar seus currículos. À Secretaria de Registro coube a confirmação do cadastro do Economista, bem como sua condição de adimplência, a fim de que seus currículos fiquem disponíveis e possam ser acessados por interessados.

6.1.1.17 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Esta ação foi iniciada em 18/12/2019, com o foco maior na atualização e avaliação da relevância dos endereços das atuais 175 páginas eletrônicas disponíveis em nosso site. Após a revisão houve uma redução para os atuais 135 links disponíveis, uma vez que percebemos que nem todos os links disponíveis eram relevantes.

6.1.1.18 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: Durante o ano de 2020, por conta do isolamento social que foi utilizado como meio de conter a pandemia do novo coronavírus, este item de nosso plano de trabalho foi amplamente atingido, uma vez que durante o ano de 2019 tivemos 73 novos itens, entre periódicos e livros, incorporados ao nosso acervo, em 2020 tivemos apenas 16.

6.1.1.19 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do CORECON-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. Foram emitidas 18 (dezoito) ARTS (todas para pessoas físicas), e 4 (quatro) CATS, sendo todas para pessoas físicas.

6.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

6.1.2.1 – Manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos.

6.1.2.2 – Dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 8 (oito) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2020, nenhum foi reativação de registro cancelado. Com relação a registros provisórios vencidos, a Secretaria de Fiscalização também não conseguiu identificar nenhuma situação

6.1.2.3 – Promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registro as informações que conseguir: A Secretaria promove, de maneira pontual, ação de quitação de débitos de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. No ano de 2020, em função do pouco tempo de trabalho presencial na sede do Corecon-RJ, essa ação não pôde ser implementada. Para 2021, a meta é verificar e intensificar a cobrança dos débitos.

6.1.2.4 – Identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos Economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Nenhum registro de 2020 foi de economista responsável por empresa registrada no Corecon-RJ. Será feito um levantamento da situação dos economistas responsável e, quando for o caso, será instaurado ação visando a regularização dos respectivos registros.

6.1.2.5 – Aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: No ano de 2020, a Secretaria de Registros forneceu 03 (três) evidências de desempenho de atividade na área de economia e finanças, tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica. Tais evidências resultaram na abertura de processos, que ainda estão em andamento em função da suspensão causada pela pandemia.

6.1.2.6 – Continuar investindo na identificação e conseqüente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com registro cancelado: Como já adiantado no item 6.1.2.2, nenhum dos 8 (oito) registros novos foi de reativação de registro cancelado. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso de

extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo.

6.1.2.7 - Intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: As empresas de mercado financeiro podem sofrer processos de fiscalização, no intuito de obter informações sobre o funcionário responsável pelas análises econômicas da empresa, essencial no mercado financeiro. Assim, apesar da queda no número de processos abertos para empresas dessa natureza, houve abertura de 02 (dois) processos contra empresas do mercado financeiro em 2020, visando obtenção de informação sobre seus funcionários.

6.1.2.8 – Notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens dos Economistas que nelas atuam: Conforme já adiantado no item 6.1.1.13, a ação não foi desenvolvida em 2020, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais. Foram menos de 3 (três) meses de trabalho presencial, que impossibilitou essa atividade.

6.1.2.9 – Manter a política de executar ações de fiscalização sobre as Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado, dos Municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos Economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

6.1.2.10 – Aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as Prefeituras Municipais dos Estados do Rio de Janeiro: O objetivo para o ano de 2020 era empreender esforços visando a finalização da ação implementada no ano de 2013, referente à obrigatoriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro que possuem Secretarias relacionadas às atividades de economia e finanças, a indicarem o economista responsável pela realização de tais atividades; e de manter um relacionamento cordial e mais próximo com as 92 (noventa e duas) Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, através do auxílio para elaboração de editais de concursos públicos e de orientação para contratação de empresas devidamente registradas no Corecon-RJ, quando houver necessidade de realização de atividades na área de economia e finanças de forma pontual. Como alguns processos ainda estão na justiça, e também em função da pandemia, essa atividade não pôde ser finalizada

6.1.2.11 – Explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisas, tais como o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-RIO), o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de Economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas à Ciência Econômica: Em função da pandemia da covid-19, as ações da fiscalização referentes ao convênio firmado

com a CDL Rio não puderam ser implementadas. Com relação às outras fontes de pesquisa, pode-se observar, na tabela abaixo, que dos 8 (oito) registros novos, 5 (cinco) foram derivados das fontes de pesquisa acima citadas, a saber: 1 (um) através do Diário Oficial, e 4 (quatro) das redes sociais/internet. No caso das pessoas jurídicas, houve apenas 1 (um) registro, sendo derivado da pesquisa através do PROCOB

6.1.2.12 – Firmar convênio com a Junta Comercial do Estado, e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Foi realizado, em 2016, convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. A Secretaria de Fiscalização solicitou informações sobre empresas sediadas em Campos dos Goytacazes e Macaé, mas não obteve resultados significativos. No ano de 2017, a Secretaria de Fiscalização direcionou os esforços para as empresas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, também através da listagem obtida junto à JUCERJA. Devido à pandemia, não houve continuidade da ação no ano de 2020.

6.1.2.13 – Ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formado pelas Universidades do Estado, para esclarecer os novos Economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades. A melhoria na relação com as diversas Faculdades de Economia do estado do Rio de Janeiro trará como consequência provável o envio da listagem dos formandos, para que o Corecon-RJ possa esclarecer os novos Bacharéis em Ciências Econômicas sobre a regulamentação profissional, a área de atuação dos economistas, seus direitos e deveres.

6.1.2.14 – Realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: A execução da ação depende da finalização do item 6.1.1.3, e da implementação das ações de aproximação junto às Universidades. Essas ações foram impossibilitadas de serem adotadas em função da pandemia em 2020.

6.1.2.15 – Iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. Em 2019, não obtivemos resultados positivos para essa ação. Já no ano de 2020, essa ação não pôde ser realizada em função da pandemia.

6.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.18 – Inaugurar linha de ação voltada para professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: A ação começou a ser implementada em 2016, mas a Secretaria de Fiscalização concluiu que, fazer a pesquisa pela PROCOB, através da utilização do termo “Consultoria Econômica”, estava dando mais resultado, pois verificamos que várias delas possuíam professores como sócios. Assim, ao invés de pesquisar pelo sócio, para achar a consultoria, a Secretaria de Fiscalização agiu de forma contrária, encontrando consultorias e verificando seus sócios, que em muitos casos eram professores. A ação ficou suspensa, pois muitos professores possuíam “sociedades uniprofissionais”, e tal questão teve que ser tratada no Cofecon. Após parecer emitido pelo Cofecon, de obrigatoriedade de registro de sociedades uniprofissionais, a Secretaria de Fiscalização emitiu ofícios para todas as empresas que se enquadravam nessa situação, informando a necessidade de regularização de sua situação neste Conselho. Para 2020, a Secretaria de Fiscalização pretendia adotar outra forma de pesquisa, pois o PROCOB descontinuou a pesquisa realizada pela forma descrita acima, mas foi impossibilitada por causa da pandemia.

6.1.2.19 – Estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do CORECON-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Essa tarefa pretendia ser alcançada através do convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. As duas tentativas feitas em 2016 (Campos dos Goytacazes e Macaé) não surtiram grandes resultados. Com a pandemia em 2020, não foi possível identificar as regiões que estão se desenvolvendo no Estado, e será necessário aguardar o efeitos gerados pela covid-19 na economia fluminense para que essa avaliação seja feita.

6.1.2.20 – Triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2019: Em função da pandemia, esse objetivo não pôde ser alcançado. Foram apenas 30 (trinta) processos abertos em menos de 3 (três) meses de trabalho presencial. Tudo indica que teríamos mais processos abertos ao longo do ano, superando o número de processos abertos em 2019.

6.1.2.21 – Elevar o número de registros de pessoas físicas e jurídicas: A Secretaria de Fiscalização obteve no ano de 2020, o resultado de 08 (oito) registros de pessoas físicas e 01 (um) de pessoa jurídica. No caso das pessoas físicas, a internet continuou como uma fonte confiável para a Secretaria de Fiscalização, seja através da consulta no DOERJ, site de empresas, LinkedIn ou outras redes sociais. Houve queda no número dos registros, de um modo geral, em função da pandemia. O mesmo pode ser justificado para o caso de pessoas jurídicas, que normalmente já apresentam número de registro menor do que o de pessoas físicas. Esse número não deve ser muito diferente nos anos seguinte à pandemia, devido à crise econômica esperada para o Estado do Rio de Janeiro.

6.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: Os processos ético-profissionais não tiveram andamento durante o ano de 2020, em função da pandemia, e só tiveram andamento em dezembro, o que resultará em ações para 2021.

6.1.2.23 – Analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2: No ano de 2013, a Secretaria de Fiscalização finalizou as propostas de alterações no Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. Desta forma, a Secretaria de Fiscalização aguarda a avaliação das alterações propostas para poder modificar alguns procedimentos adotados atualmente, seguindo o determina a Consolidação. Outras alterações pontuais e urgentes foram solicitadas. Ademais, a Secretaria de Fiscalização entende que essa ação é contínua.

6.1.2.24 – Utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização: Não houve nenhum registro, nem de pessoa física e nem de pessoa jurídica, derivado de cursos, convênios ou Biblioteca. Os que solicitam convênio precisam ser registrados, o que faz com que não sejam alvos da Secretaria de Fiscalização. Já àqueles que se matriculam nos cursos, ou frequentam a Biblioteca, normalmente estão na situação de estudante, o que também se enquadra fora do escopo da Secretaria de Fiscalização. Assim, essa atuação seria pontual, analisando caso a caso. No ano de 2020, em função da pandemia, não houve movimento significativo nos cursos e na biblioteca, o que prejudicou ainda mais a ação.

6.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

6.1.3.1 – adquirir imóvel capaz de ampliar a estrutura física da Autarquia e a oferta de serviços às pessoas físicas e jurídicas registradas: Ação não realizada. No prédio onde o Corecon-RJ está instalado, não houve salas e/ou andares disponíveis para venda.

6.1.3.2 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

6.1.3.3 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo

incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

6.1.3.4 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visem melhorar seus fluxos internos, de modo que os serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória. Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos são encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual. Iniciou-se em março de 2015 o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de Economistas, empresas, e estudantes. O trabalho consiste em colocar o termo de abertura, colocar os autos dos processos em ordem cronológica, paginar os autos dos processos, e trocar a capa, quando necessário. Para a realização desta atividade, os cinco funcionários da SEREG ficam diariamente 1½ hora na biblioteca. O trabalho encontra-se na fase de saneamento dos processos dos Economistas. Segue quadro demonstrativo do saneamento realizado em 2020, interrompido em 18/03/2020 devido à quarentena a qual o Corecon-RJ foi submetido em razão da pandemia. Apesar do retorno gradual ocorrido no final de novembro, o trabalho ainda não foi retomado em virtude da redução no horário do atendimento, e no reduzido quadro de funcionários da Secretaria. Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deve sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2020 foram saneados 222 processos administrativos de economistas, e 36 processos de empresas que transitaram na SEREG para atendimento às diversas demandas formalizadas. A ação de arquivamento do passivo documental não foi realizada.

6.1.3.5 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

6.1.3.6 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Esta ação foi iniciada, porém ainda não concluída. A primeira etapa do trabalho consiste em pesquisar a situação das empresas junto à Receita Federal do Brasil, a fim de se verificar o status atual no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Após esta verificação ser completada, as empresas que já se encontrarem com os CNPJ's baixados, serão encaminhadas ao Plenário do Conselho com proposta de cancelamento do registro profissional devido ao

encerramento de suas atividades empresariais. A segunda etapa, que consiste na análise dos processos das empresas ainda ativas, será realizado em fase posterior.

6.1.3.7 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinados pelo regramento legal editado pelo Cofecon, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho. No ano de 2020 não foram criados novos formulários.

6.1.3.8 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Neste exercício, no âmbito financeiro, passou-se a realizar um controle diário sobre as parcelas de renegociações não pagas, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Ao verificar que a parcela encontra-se em aberto, o Secretário do Registro encaminha uma cópia do boleto via Sistema, com a mensagem, no corpo do e-mail, de que o boleto deverá ser atualizado no site do Banco do Brasil para atualização e recolhimento. Esta ação tem reduzido o número de Acordos de renegociação desfeitos por falta de pagamento de uma ou mais parcelas. No controle das tarefas realizadas pelos funcionários, as mesmas têm cadastrados dados referentes à data de início, e de conclusão, além do quantitativo produzido/realizado. O trabalho de saneamento dos processos administrativos é controlado através de pasta, onde são arquivados dados individualizados, com datas de início, e fim do saneamento, além da mensuração da produtividade de cada funcionário, tanto no saneamento quanto nas tarefas individuais realizadas durante o exercício.

6.1.3.9 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: Em 2018, o Corecon-RJ passou a utilizar o sistema do Banco do Brasil licitações-e e manteve a utilização deste sistema em 2020.

6.1.3.10 – Prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Em 2020 esta ação não foi efetivamente realizada no âmbito da Sereg, pois se aguarda o encerramento desta atividade em outra Secretaria, conforme cronograma estabelecido pela direção do Conselho. Em 23/03/2015 iniciou-se o saneamento de todos os processos administrativos sob responsabilidade da Secretaria, conforme padrão estabelecido, a fim de que os processos estejam aptos a serem digitalizados quando do início da realização desta ação sob responsabilidade da Secretaria.

6.1.3.11 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema: O projeto original era prosseguimos com o trabalho de reorganizar o sistema da Biblioteca, confirmando alguns campos da catalogação de 850 exemplares do periódico “Texto para discussão” do IPEA, a fim de

terminar os preparativos para a realização do inventário de livros e periódicos do acervo da Biblioteca Eginardo Pires, a fim de realizá-lo entre os meses de fevereiro e abril de 2020, porém não foi possível visto que o trabalho de inventário precisa ser realizado de modo presencial. Em dezembro de 2019, terminamos o inventário das monografias vencedoras do Prêmio Celso Furtado, o que possibilitou a correção da numeração das mesmas, tanto no que concerne a etiquetas, quanto no sistema informatizado, contabilizando um total de 115 monografias inventariadas e três enviadas para encadernação, visto as condições físicas das mesmas. As monografias enviadas para a encadernação apresentaram um problema quanto à furação, o que nos fez tomar como decisão manter o original na Biblioteca, sem encadernar e fazer uma cópia encadernada, este trabalho foi finalizado em fevereiro de 2020.

6.1.3.12 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca: Esta ação é realizada sempre que uma nova obra passa a fazer parte do acervo. Ação de caráter contínuo.

6.1.3.13 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: A cada novo item catalogado, temos buscado aplicar a uniformização dos índices de nosso catálogo. Deste modo, em 2020, com a catalogação de 16 novos itens, mantivemos este trabalho de uniformização.

6.1.3.14 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência: A descrição dos itens continuou a ser feita como nos anos anteriores. Descrevemos o título, autor e assunto, bem como realizamos a digitalização da capa das 16 publicações inseridas em nossa base de dados, e também disponíveis, na página eletrônica do Conselho

6.1.3.15 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo: Renovamos o compromisso com 14 bibliotecas a fim de continuarmos promovendo este serviço. No ano passado foram feitos 2 protocolos a fim de que fossem emprestados 2 livros, obedecendo ao regulamento da biblioteca cedente.

6.1.3.16 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: Por meio de nosso trabalho em conjunto com a Assessoria de Informática, conseguimos disponibilizar 67 exemplares do Jornal dos Economistas, a fim de que sejam lidos integralmente através da página do Conselho Regional de Economia na internet.

6.1.3.17 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido à falta de recursos humanos, uma vez que o responsável

pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

6.1.3.18 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Ação não realizada

6.1.3.19 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG: Ação não realizada. A caixa onde serão depositadas as mensagens já foi providenciada, restando pendente a elaboração do questionário/formulário que será entregue aos Economistas e representantes das empresas onde expressarão seus pontos de vista, formalizarão reclamações, sugestões ou elogios

6.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

6.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2020 foi o de elevar em 5% a arrecadação em relação a 2019. O resultado individual aponta um decréscimo nominal de 1,24% das anuidades dos economistas, e de 5,83% das pessoas jurídicas. Já o resultado consolidado aponta um decréscimo de 1,91% em relação ao exercício de 2019, demonstrando assim que a meta não foi alcançada.

6.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Para os débitos em aberto, e dentro do prazo prescricional, o CORECON/RJ, através da Secretaria de Registros (ressalta-se que este trabalho foi realizado exclusivamente pelo Secretário de Registros, na sede do Conselho durante o auge da pandemia) emitiu uma Recobrança (cobrança dos débitos atualizados realizada através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas) durante o período de quarentena, que objetivou na recuperação dos créditos referentes à anuidade de 2020, de economistas e empresas ativas.

Para a cobrança dos créditos não recebidos nos últimos 5 (cinco) exercícios, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Lei de execução Fiscal n.º 6.830/80, através do lançamento na Dívida Ativa do Corecon-RJ dos créditos não recebidos no prazos legalmente estabelecidos, e posterior cobrança através de execução fiscal na Justiça Federal. Segue quadro demonstrativo consolidado da Dívida Ativa no exercício de 2020. Em 28/10/2020, foram geradas e encaminhadas aos Economistas devedores, durante a quarentena, 1.785 (mil setecentos e oitenta e cinco) comunicações amigáveis para quitação dos débitos referentes às anuidades de 2016 a 2020 (Ressalta-se que este trabalho foi realizado exclusivamente pelo Secretário de Registros e pela funcionária responsável pela dívida ativa, na sede do Conselho). Em 14/12/2020 foram geradas e encaminhadas 1.692

(mil seiscientos e noventa e duas) notificações de inscrição na Dívida Ativa (o trabalho envolve a geração e impressão das correspondências; etiquetagem e envelopamento com aviso de recebimento; trabalho realizado exclusivamente pelo Secretário de Registros e quatro funcionários da SEREG disponíveis para o trabalho presencial) aos Economistas que não responderam à Comunicação amigável para quitação dos Débitos. Em 15/12/2020 Foram geradas e encaminhadas às empresas devedoras das anuidades de 2016 a 2020, 390 (trezentos e noventa) notificações de inscrição na dívida ativa das pessoas jurídicas (o trabalho envolve a geração e impressão das correspondências, etiquetagem e envelopamento com aviso de recebimento; trabalho realizado exclusivamente pelo Secretário de Registros e quatro funcionários da Sereg disponíveis para o trabalho presencial). Espera-se assim que o trabalho realizado pela Secretaria de Registros no tocante aos débitos das anuidades de 2016 a 2020 apresente resultados positivos durante o exercício de 2021, pois neste exercício e que serão encaminhados para cobrança através de execução fiscal, os referidos débitos dos Economistas e empresas que não buscaram a regularização dos mesmos nos prazos legalmente estabelecidos.

6.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e execução fiscal. Como pode ser verificado nos quadros demonstrativos, o resultado geral obtido no exercício de 2020 foi negativo, pois no consolidado, a cobrança da dívida ativa nas fases administrativa e executiva, das pessoas físicas e jurídicas, apresentou decréscimo nominal elevadíssimo de 46,40% em relação ao resultado obtido no exercício de 2019, demonstrando assim o não alcance da meta proposta do Plano de trabalho para 2020. Ressalte-se que individualmente, apesar do resultado global ter sido negativo, o resultado obtido na cobrança administrativa das Pessoas Jurídicas foi positivo em 64,17%, e na cobrança executiva das pessoas físicas, o resultado foi positivo em 7,28%.

6.1.4.4 – Prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: No ano de 2020, a Secretaria de Fiscalização ajudou a atualizar o cadastro de 01 (uma) pessoa física. No caso de pessoa jurídica, não houve processo de atualização de informações cadastrais. Como a ação é feita de forma pontual, é natural a atividade ser pouco explorada. Com a pandemia, ficou ainda mais complicado.

Na Secretaria de Registro, foram atualizados 534 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, CDL – Clube de Diretores Lojistas do RJ, telefone, Internet, e informações prestadas pelos próprios registrados, pessoalmente, por telefone, e-mail ou através do link para atualização cadastral disponibilizado no site do Conselho. Verificase que em 2020, no resultado final, houve uma redução de grande proporção de 63,33% na localização e atualização de dados dos economistas, e uma redução de grande proporção de 67,98% na localização e atualização de dados das empresas, como resultado direto da quarentena pela qual atravessou o conselho entre os meses de março e novembro



6.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, não foram tomadas, neste exercício, ações concretas que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus registros profissionais deferidos.

6.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 148 recadastramentos, representando um acréscimo de 85,0% em relação ao exercício de 2019.

6.1.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional: Em 2020, o Corecon-RJ aplicou os recursos em poupança e em fundo de investimento lastreado em títulos públicos, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

6.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização. Na Secretaria de Registro, a impressora colorida continua sendo utilizada somente nos documentos da Plenária e/ou para documentos com propósitos específicos (Certidões e declarações). Os funcionários são orientados a utilizarem os ramais telefônicos somente para atendimento aos economistas. Sempre que possível, a Sereg tem utilizado o e-mail para a solicitação de documentos aos Economistas, evitando assim os custos de envio de correspondência através dos Correios. As impressões de documentos em grande quantidade, tais como comunicação amigável de débitos e notificações referentes à dívida ativa, certidões de dívida ativa e petição inicial são feitas na impressora de aluguel, evitando assim o consumo de toner e desgastes nas impressoras utilizadas na Secretaria de Registro.

6.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

6.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos divulgados no Jornal dos Economistas e no podcast “Entre Celsos e Marias” durante todo o ano.

6.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Ação não realizada em virtude da pandemia.

6.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a formação de uma sadia mentalidade econômica, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. A maior iniciativa em 2020 foi a promoção do debate realizado em 13/08 em comemoração ao Dia do Economista. O debate em formato virtual foi uma homenagem a Celso Furtado e Carlos Lessa e contou com a participação de Rosa D’ Aguiar, Ricardo Bielschowsky e Luiz Carlos Delorme Prado.

6.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada.

6.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Em 2020, todas as publicações foram feitas através do Jornal dos Economistas, distribuído mensalmente a todos os economistas registrados e adimplentes com o Corecon-RJ e disponível no site institucional.

6.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada.

6.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: Ação não realizada em função da pandemia.

6.1.5.8 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: Tarefa a ser realizada conforme a demanda apresentada.

6.1.5.9 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: Em 2020, foram concedidos apoios institucionais para os seguintes eventos: "Um Ano de Crise da Vale em Brumadinho" promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens; patrocínio do Filme “A Bolsa ou a Vida” produzido pela Caliban Produções Cinematográficas; XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - Patrocínio da Revista Comemorativa do Centenário de Celso Furtado; e XXXV Congresso da ANGE..

6.1.5.10 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Em 2020, o Corecon-RJ concedeu apoio institucional para a publicação do livro “Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil”, organizado por Esther Dweck, Pedro Rossi e Ana Luiza Matos de



Oliveira. O Corecon-RJ patrocinou o número especial de Cadernos do Desenvolvimento sobre o Centenário de Celso Furtado, promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado.

6.1.5.11 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas: O Corecon-RJ possui 40 convênios com diversos prestadores de serviços. Dentre os principais podemos destacar Universidades, diversos colégios de ensino fundamental e médio, cursos de idiomas, editoras, etc. Todos os convênios são extensivos aos dependentes. Não houve oferta de novos convênios em 2020.

6.1.5.12 – avançar no processo de modernização da página do Conselho na Internet: Ação finalizada.

6.1.5.13 – contribuir na organização e viabilização do Simpósio dos Conselhos Regionais de Economia de 2020: Em virtude da pandemia, o Simpósio previsto para 2020 foi cancelado.

6.2 – Resumo dos resultados:

A maior parte das ações previstas no Plano de Trabalho para o exercício de 2020 estão em curso ou em andamento, apesar das dificuldades enfrentadas durante a pandemia. As ações que não foram realizadas foram postergadas para 2021.

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nos itens acima, destacamos: 1) a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia até dezembro de 2021, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2020; 2) a reestruturação das Secretarias de Registro e de Fiscalização que permitiram potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; 3) perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; 4) continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; 5) controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

7.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro é o instrumento utilizado para dar continuidade da execução do planejamento estratégico da Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o Programa de Trabalho propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõem o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo dos cinco projetos já mencionados: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; e Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional.

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de nº 3 e 4.

Em relação ao Projeto 1, o trabalho é feito em conjunto com o Conselho Federal e os demais conselhos regionais com o objetivo de combater a política de desregulamentação da profissão; monitorando a tramitação do PLS 658/07 e buscando contribuir para que sua aprovação signifique, de fato, o resgate e atualização da legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; aperfeiçoamento do monitoramento dos editais de concursos públicos em defesa do campo profissional dos economistas; manutenção da oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manutenção da premiação para os alunos autores



das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no Projeto 2 a expectativa, decorrente da manutenção e possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, é a de aprimorar e ampliar o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica. Em relação ao Projeto 3 as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do Projeto 4 continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da Política para Tratamento da Inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolveremos esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e físicas, e aprofundaremos a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao Projeto 5 encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do Corecon-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica internacional e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada para o papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; e Alca); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o Corecon-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos; Fórum Brasil do Orçamento; Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro; e Campanha de Auditoria das Dívidas. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

Wellington Leonardo da Silva
Secretário Executivo

7.2 – Gestão orçamentária e financeira:

7.2.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no ano foi de R\$4.379.337,30. Deste montante, R\$ 3.459.387,56 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$ 234.910,68 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos da Caderneta de Poupança e títulos da dívida pública); R\$ 30.806,26 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$654.232,80 são referentes à Outras Receitas Correntes, que engloba Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas (Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão, Receita de Dívida Ativa, Receitas de Cursos, Atualização Monetária s/ Anuidades, etc...). Comparado com o exercício de 2019, houve uma diminuição de cerca de 28,34%.

Tabela 4: Comparativo de Receitas 2019-2020

RECEITA		
Classificação	2019	2020
Receitas Correntes	R\$ 6.111.665,91	R\$ 4.379.337,30
Receita de Contribuições	R\$ 3.880.430,44	R\$ 3.459.387,56
Receita Patrimonial	R\$ 864.952,32	R\$ 234.910,68
Receita de Serviços	R\$ 82.559,58	R\$ 30.806,26
Transferências Correntes	-	-
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.283.723,57	R\$ 654.232,80
Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 50.774,77	R\$ 5.576,84
Receita de Dívida Ativa	R\$ 922.409,77	R\$ 464.634,09
Receitas Diversas	R\$ 310.539,03	R\$ 184.021,87
Receita de Capital	-	-
Total de Receitas	R\$ 6.111.665,91	R\$ 4.379.337,30

7.2.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas em 2020 foi de R\$5.621.215,93, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$2.763.565,15; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$ 31.345,91; as Despesas com Serviços de Terceiros e Encargos (Remuneração de Pessoal e Encargos, Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, etc...) somaram R\$ 1.995.936,70; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$ 830.368,17; e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$ 630,10. Comparado com o exercício de 2019, houve uma redução de cerca de 10,74%

Tabela 5: Comparativo de Despesas 2019-2020

Classificação	DESPESA	
	2019	2020
Despesas Correntes	R\$ 6.276.410,38	R\$ 5.621.215,93
Despesas de Pessoal	R\$ 2.888.259,38	R\$ 2.763.565,15
Material de Consumo	R\$ 43.434,21	R\$ 31.345,91
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 2.305.004,17	R\$ 1.995.936,70
Transferências Correntes	R\$ 1.039.712,62	R\$ 830.368,17
Despesas de Capital	R\$ 21.800,64	R\$ 630,10
Total de Despesas	R\$ 6.298.211,02	R\$ 5.621.846,03

7.2.3 – Resultados da área-fim

7.2.3.1 – Quantidade de fiscalizações, denúncias, autos de infração e notificações feitas pela Secretaria de Fiscalização em 2020:

Tabela 6: Resultados da área fim

Secretaria de Fiscalização - 2020	Quantidade
Total de fiscalizações realizadas	30
Total de denúncias recebidas e analisadas	0
Total de profissionais fiscalizados	20
Total de autos de infração	33
Total de notificações	42

7.2.3.2 - Número de processos instaurados e julgados: Todos os processos instaurados em 2020 ainda estão em andamento, em função da pandemia de covid-19, que paralisou as atividades presenciais do Corecon-RJ. Nenhum processo foi para julgamento até a presente data.

7.2.3.3 - Número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas: Todos os processos instaurados em 2020 ainda estão em andamento, em função da pandemia de covid-19, que paralisou as atividades presenciais do Corecon-RJ. Nenhum processo foi para julgamento até a presente data.

7.2.3.4 - Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes: Foram aplicadas 27 multas no total durante o ano de 2020. O número baixo é em decorrência do fechamento das instalações do Corecon-RJ durante os meses de março e novembro, em função da pandemia do covid-19. Foram 12 multas para pessoas físicas e 15 multas para pessoas jurídicas. Para o caso de pessoa física, temos duas multas pagas integralmente no ano de 2020, mas que foram aplicadas em 2019. Ademais, ocorreram pagamentos de parcelamentos feitos anteriormente, de multas aplicadas em outros anos. No caso de pessoas jurídicas, temos

duas multas pagas integralmente no ano de 2020, mas que foram aplicadas em 2016 e 2018. Ademais, ocorreram pagamentos de parcelamentos feitos anteriormente, de multas aplicadas em outros anos.

7.2.3.5 - Número de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público: Nenhum. Cumpre-nos informar que, de acordo com nossa Assessoria Jurídica, não existe falar em Exercício Ilegal da profissão de Economista, uma vez que o artigo 282 do Código Penal prevê apenas as profissões de médico, dentista ou farmacêutico como passíveis de desempenho ilegal. No caso dos economistas, somente poderia ser encarado como contravenção penal, conforme determina o artigo 47 da Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções penais).

7.3 – Gestão de Pessoas

7.3.1 – Conformidade Legal

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Entretanto, em virtude de um impasse jurídico quanto ao regime de contratação dos Conselhos de Fiscalização Profissional, onde alguns tribunais entendem pela aplicação do regime estatutário, não há concurso público em vigor para o preenchimento de vagas no Corecon-RJ. O último concurso público realizado em 2010 foi suspenso por ação judicial em virtude do edital prever a adoção da CLT como regime de contratação de empregados.

7.3.2 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2020, o Corecon-RJ possuía 25 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (47 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo



MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (54 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (49 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (61 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
CHANA DE ARRUDA COUCEIRO	12/01/1984 (36 anos)	05/11/2015	CONCURSO PÚBLICO - CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV. INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
RAQUEL DE LIMA DA CUNHA E SOUZA	12/08/1977 (43 anos)	11/03/2019	CLT	ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA EXEC. E PRESIDÊNCIA	Superior Completo
LUCCA BENAZZI FERREIRA DA COSTA	20/05/2000 (20 anos)	26/07/2019	CLT	APRENDIZ EM QUALIDADE EM SERV. ADMINISTRATIVOS	Nível Médio Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (56 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (52 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (44 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (55 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo

SILVIA MARIA NORONHA MUSSUMESCI	18/03/1964 (56 anos)	23/12/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (36 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALBERTO BARROSO NETO	23/02/1992 (28 anos)	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	05/08/1985 (35 anos)	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (35 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
VICTOR HUGO CAMPOS REIS ALVES	25/09/1990 (30 anos)	25/01/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (44 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (50 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (63 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (62 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (41 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (35 anos)	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA BIBLIOTECA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (32 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (62 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2020, com vinte e quatro e cinco efetivos

Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com quatro estagiários e dois técnicos de informática terceirizados. Dos quatro estagiários contratados, três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento (entidade subsidiada pelo Corecon-RJ) e um estagiário está lotado na Biblioteca.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2020 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016.

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	3	6	7	5	4

Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	0	13	12

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, o Corecon-RJ possui contrato com assessoria de informática e com empresa especializada em locação de mão de obra temporária (para casos eventuais de férias, licença médica, etc.) através de processos licitatórios. Os dados do contrato são representados na tabela abaixo:

Tabela 10 Terceirização de mão de obra

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2020	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 04.023.393/0001-00	2019	-	0	1	1	Ativo

2020	12- Outras	Ordinária	Contratação de mão-de-obra temporária	ALVO RH SERVIÇOS TEMPORÁRIOS EIRELI - ME, CNPJ: 08.821.054/0001- 20	2019	-	0	Variável	Variável	Ativo
------	------------	-----------	---------------------------------------	---	------	---	---	----------	----------	-------

7.3.3 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Tabela 11: Despesas com Pessoal

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2019	2020
Salários	R\$ 1.596.818,14	R\$ 1.716.718,42
Férias e 13º Salário	R\$ 178.662,51	R\$ 178.827,11
Indenizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 310.279,32	R\$ 600.050,50
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 243.572,14	R\$ 266.089,55
INSS	R\$ 400.391,66	R\$ 397.771,53
FGTS	R\$ 143.217,72	R\$ 151.063,41
Demais Despesas (Auxílio Creche e Reajuste por mérito)	R\$ 25.394,47	R\$ 26.316,47
Total	R\$ 2.898.335,96	R\$ 3.336.836,99

Em linhas gerais as despesas com pessoal se mantiveram dentro da normalidade, com exceção da despesa com assistência médica. Em 2020, houve um aumento significativo na sinistralidade do plano de saúde da Unimed, oferecido aos empregados e seus dependentes. O reajuste técnico do plano foi de 136,5% e perdurou por alguns meses durante a pandemia. Posteriormente, houve a migração para o plano de assistência médica da Assim Saúde, cujos valores estão dentro da realidade financeira do Corecon-RJ.

7.4- Gestão de licitação e contratos:

O Corecon-RJ adota a Lei nº 8666/93 para contratação de bens e serviços. Na tabela abaixo, consta o resumo dos contratos em vigor.

Tabela 12: Contratos terceirizados

NOME	Nº PROCESSO	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA	363/19	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.460,00

ASSOCIAÇÃO DOS ENG. DA PETROBRÁS	439/16	Patrocínio Programa Faixa Livre	R\$ 2.800,00
GABRIELA DA SILVA CONCEIÇÃO	178/2019	Bolsa de estágio na Biblioteca	R\$ 964,25
LOREDANO CÁSSIO SILVA FILHO	425/14	Charges para o JE	R\$ 1.247,70
MARILIA GABRIELA DE SANTANA SILVA	240/18	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 964,25
LAURA MUNIZ DE PADUA	240/18	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 964,25
ASSIM SAÚDE	023/20	Plano de Saúde para empregados e dependentes	R\$ 22.816,49
JULIANA VAZ DE MEDEIROS	307/17	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 964,25
SESIN BRASIL LTDA	252/14	Fornecimento e implantação de GED - Gestão Eletrônica de Documentos. (média mensal)	R\$ 430,57
MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	552/13	Assessoria Jurídica	R\$ 9.756,07
PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA (**)	64/19	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 676,00
SANTA CASA CARD (**)	113/08	Auxílio Funeral	R\$ 214,16
PROCOB SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA (**)	86/09	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 133,08
DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES (**)	047/05	Hospedagem do site e contas de email	R\$ 230,90
KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	229/16	Aluguel de Copiadora	R\$ 448,00
SODEXHO PASS (**)	144/12	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 20.263,97
CDL RIO	341/12	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 112,76
ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	596/13	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 385,49
SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	172/19	Assessoria de Informática	R\$ 8.333,33
DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	215/19	Edição e Diagramação do JE	R\$ 7.500,00

MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	242/19	Assessoria de Contabilidade	R\$ 5.995,83
EDIOURO GRÁFICA E EDITORA LTDA	191/18	Serv. de Fitolito e Rodagem do JE	R\$ 6.900,00
HUMBERTO JANSEN MACHADO	007/98	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauíl	R\$ 4.990,00
Total – média mensal			R\$ 95.913,93

7.5 -Gestão patrimonial e infraestrutura

O Conselho tem registrado em seu patrimônio o 16º e 19º andares do edifício localizado na Avenida Rio Branco, No 109, Centro, Rio de Janeiro. No 16o andar está localizada a Biblioteca, a Secretaria de Cursos, o Fórum do Orçamento, a Presidência e a sala de Plenária. No 19o andar, estão instalados a Secretaria de Registro, a Secretaria Executiva, a Fiscalização, a Secretaria de Administração e Finanças e o Auditório.

O controle de bens patrimoniais é feito pela Secretaria de Administração e Finanças, que é responsável pela checagem anual dos itens que compõem o patrimônio do Corecon-RJ. Existe ainda uma Comissão de Alienação de Bens que é responsável por eventuais descartes de bens inservíveis.

7.6 - Gestão da tecnologia da informação:

Atualmente, existem 41 microcomputadores (sendo 04 servidores) e 14 impressoras em funcionamento nas dependências do Corecon-RJ. Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- Siscaf: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ nº 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.

- Siscac: Desenvolvido pela empresa Studios Tecnologia da Informação LTDA – CNPJ nº 08.545.231/0001-92. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ, adaptados ao novo PCASP. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.



- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ n° 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ N° 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.

- AFIN: Desenvolvido pela empresa Easy System Informática Ltda – CNPJ n° 18.469.063/0001-57. Trata-se do sistema responsável pelo controle financeiro e contas a pagar. O sistema foi implantado em 2007 e não houve necessidade de contratação de manutenção mensal.

7.7- Gestão de custos

Por falta de previsão legal, o Corecon-RJ não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

7.8- Sustentabilidade ambiental

O Corecon-RJ não possui um projeto ou ação específica voltada para a sustentabilidade ambiental. Entretanto, existe a conscientização dos empregados no sentido de diminuir, na medida do possível, o consumo de papel e tinta de impressora, assim como outros bens de consumo que possam causar impactos ambientais.

7.9– Transferência de Recursos

Na tabela abaixo, consta o resumo dos apoios institucionais concedidos em 2020.

Tabela 13: Transferência de recursos

Descrição	Valor
Apoio Institucional - "Um Ano de Crise da Vale em Brumadinho" promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens	R\$ 14.000,00
Apoio Institucional - Filme "A Bolsa ou a Vida" produzido pela Caliban Produções Cinematográficas	R\$ 25.000,00
Apoio Institucional - XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira	R\$ 10.000,00
Apoio Institucional - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - Patrocínio da Revista Comemorativa do Centenário de Celso Furtado	R\$ 15.000,00
Apoio Institucional - XXXV Congresso da ANGE	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 68.000,00



8- Demonstrações contábeis

Tabela 14: Balanço financeiro

Ano do Exercício: 2020		Período: 01/01/2020 até 31/12/2020	
Ingressos Títulos	Valor	Despêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	4.379.337,30	DESPESA ORÇAMENTARIA	5.621.846,03
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	4.379.337,30	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	5.621.215,93
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	630,10
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	11.403.657,47	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	11.407.004,39
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	1.718,43	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	1.718,43
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	5.398.400,73	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	5.398.366,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	19.033,56
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	5.628,71
PESSOAL A PAGAR	1.927.201,69	PESSOAL A PAGAR	1.927.812,66
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	591.367,53	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	595.621,98
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.596.487,58	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.606.182,96
SUPRIMENTOS DE FUNDO A PAGAR	1.200,00	SUPRIMENTOS DE FUNDO A PAGAR	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	810.666,86	OUTRAS OBRIGAÇÕES	811.472,56
RECEITAS ANTECIPADAS	74.611,23	RECEITAS ANTECIPADAS	41.167,53
BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	2.003,42	BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.673.581,00	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.427.725,35
TOTAL GERAL	21.456.575,77	TOTAL GERAL	21.456.575,77



CORECON RJ
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2020				Demonstração de Variações Patrimoniais				Período: 01/01/2020 até 31/12/2020	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior		
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	15.557.049,23	0,00	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.693.918,39	0,00		
4.1	CONTRIBUIÇÕES	15.105.098,86	0,00	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.815.579,14	0,00		
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	15.105.098,86	0,00	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.815.579,14	0,00		
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	15.105.098,86	0,00	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.815.579,14	0,00		
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	122.447,24	0,00	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13.678,79	0,00		
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	122.447,24	0,00	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13.678,79	0,00		
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	122.447,24	0,00	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13.678,79	0,00		
4.3	FINANCEIRAS	327.291,57	0,00	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.951.510,99	0,00		
4.3.1	FINANCEIRAS	327.291,57	0,00	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.951.510,99	0,00		
4.3.1.1	FINANCEIRAS	327.291,57	0,00	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.951.510,99	0,00		
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	38.604,67	0,00		
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	38.604,67	0,00		
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	38.604,67	0,00		
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00		
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00		
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00		
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	31.734,91	0,00		
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	31.734,91	0,00		
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	31.734,91	0,00		

Tabela 16: Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	41.544.274,12
1.1	ATIVO CIRCULANTE	6.038.769,20
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.427.725,35
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.427.725,35
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	1.388.521,83
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	1.388.521,83
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	162.845,55
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	92.590,28
1.1.3.2	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	3.710,42
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	60.916,14
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	5.628,71
1.1.4	ESTOQUES	59.676,47
1.1.4.1	ALMOXARIFADO	59.676,47
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	35.505.504,92
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	33.713.324,82
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	33.713.324,82
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.792.180,10
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.791.062,46
1.2.2.3	INTANGÍVEL	1.117,64
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.670.250,45
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	380.693,80
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	31.890,72
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	438,40
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	31.452,32
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10.643,64
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10.643,64
2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.201,58
2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.201,58
2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	259.346,63
2.1.4.1	PROVISÕES TRABALHISTAS	259.346,63
2.1.9	RECEITAS ANTECIPADAS	74.611,23
2.1.9.1	RECEITAS ANTECIPADAS	74.611,23
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.289.556,65
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.289.556,65
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.289.556,65

Tabela 17: Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2020 Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.194.000,00	7.194.000,00	4.379.337,30	2.814.662,70
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	4.999.000,00	4.999.000,00	3.459.387,56	1.539.612,44
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	949.000,00	949.000,00	265.716,94	683.283,06
6.2.1.3	FINANCEIRAS	167.000,00	167.000,00	92.380,89	74.619,11
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	897.000,00	897.000,00	464.634,09	432.365,91
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.000,00	176.000,00	97.217,82	78.782,18
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	4.362.000,00	4.362.000,00	0,00	4.362.000,00
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.360.000,00	4.360.000,00	0,00	4.360.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	11.556.000,00	11.556.000,00	4.379.337,30	7.176.662,70
	DÉFICIT			1.231.625,54	
	TOTAL GERAL:			5.610.962,84	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	9.206.000,00	9.206.000,00	5.610.332,74	5.621.215,93	3.595.667,26
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.896.000,00	4.896.000,00	2.738.993,53	2.749.886,36	2.157.006,47
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	85.000,00	85.000,00	13.678,79	13.678,79	71.321,21
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.972.000,00	2.969.000,00	2.027.282,61	2.027.282,61	941.717,39
6.3.1.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.253.000,00	1.256.000,00	830.377,81	830.368,17	425.622,19
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	2.350.000,00	2.350.000,00	630,10	630,10	2.349.369,90
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	150.000,00	150.000,00	630,10	630,10	149.369,90
6.3.2.2	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS:	11.556.000,00	11.556.000,00	5.610.962,84	5.621.846,03	5.945.037,16
	TOTAL GERAL:			5.610.962,84		

9- Outras informações relevantes

9.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Todos os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, definido no ano anterior. Ao final do exercício, todas as secretarias e setores quem compõem o Corecon-RJ elaboram seus respectivos relatórios de ações desenvolvidas, baseadas no Programa de Trabalho, contendo tanto informações quantitativas como qualitativas. Esses relatórios são compilados num único documento – no Relatório de Gestão. O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho.

9.2- Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não foi realizado um processo específico para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado. Conforme mencionado no item anterior (9.1), as informações geradas pelas Secretarias e setores do Corecon-RJ são reunidas num único Relatório de Gestão, que engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.



9.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações específicas por parte do TCU.



Anexos e apêndices

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 84/20 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Corecon-RJ, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente

Guilherme Tinoco O dos Anjos
Secretário de Adm e Finanças